



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, à agência russa Itar-Tass
Publicada em 16 de junho de 2009**

Jornalista: Senhor Presidente, o que espera desta cúpula, quais serão os principais temas de discussão?

Presidente: Minha expectativa é a de que a primeira Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos BRICs, em Ecaterimburgo, represente um marco na consolidação deste novo foro de coordenação política e de articulação diplomática. O Brasil já tem relações estratégicas com a Rússia, com a Índia e com a China, e além de aprofundá-las no plano bilateral, acredita que o espaço dos BRICs permite uma reflexão e uma atuação conjuntas mais amplas, sobre vários dos temas mais importantes da atual agenda internacional. Entre eles estão a necessidade de reforma das instituições multilaterais, financeiras e políticas, uma das prioridades para o Brasil. A atual crise econômica, provocada pelo descontrole especulativo dos últimos anos, ocorrido debaixo dos narizes e sob as bênçãos dos supostos sábios do liberalismo, já abriu o debate no campo econômico-financeiro, como demonstram os resultados da recente Cúpula do G20, em Londres. Naquela ocasião, os BRICs já atuaram de forma coordenada, e devem manter essa articulação em defesa de mudanças no processo decisório e de governança das instituições internacionais, capazes de permitir respostas mais eficazes a turbulências globais e a prevenção de desmandos como os que determinaram a atual crise. Essas mudanças passam pelo reconhecimento da importância crescente dos países emergentes no cenário internacional, o que já está acontecendo. Elas também exigem de nós a disposição de assumir responsabilidades novas, à altura do peso político e econômico que temos no mundo. Posso mencionar, como exemplo, o



empréstimo de US\$ 10 bilhões feito pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), como parte do reforço de capitalização decidido na Cúpula do G20.

Jornalista: O Senhor em várias ocasiões respaldou a reforma do modelo atual da ordem internacional? Quais são as propostas brasileiras neste sentido?

Presidente: Nossas propostas têm como objetivo prioritário ajustar as instituições internacionais aos novos desafios do século XXI, e esse ajuste passa por mudanças que reconheçam, na prática, as novas realidades do cenário global. No campo econômico-financeiro, o Brasil e os seus parceiros no grupo já vêm atuando em favor dessas reformas, e de mudanças no sistema de governança de instituições como o FMI e como o Banco Mundial. No processo decisório, os países dos BRICs devem ter participação à altura da sua importância.

No campo político, o Brasil defende como urgente e prioritária a reforma das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança. Ainda que neste tema seja mais difícil obter consensos, inclusive entre os BRICs, o Brasil acredita que devemos continuar debatendo e buscando soluções que nos levem a mudar a ordem mundial que se reflete na atual composição do Conselho de Segurança. Essa composição é uma herança de um mundo que não existe mais, um retrato do pós-guerra congelado durante a Guerra Fria. Esse degelo já ocorreu no mundo real, e precisa ocorrer em instituições como a ONU, para contemplar as novas realidades e oferecer respostas mais eficazes aos desafios cada vez mais complexos do cenário internacional. O que o Brasil quer é que a composição dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU venha a refletir a atual realidade mundial, e não seja mais o resultado de um equilíbrio de forças do final da década de 40. Não encontro nenhuma justificativa razoável para que, no atual momento, países da América



Latina e da África, para citar dois exemplos evidentes, não tenham acesso à condição de membros permanentes do CSNU.

Jornalista: Quais alternativas o Senhor vê ao dólar como moeda reserva internacional? Existe, desde seu ponto de vista, a possibilidade de eliminação do dólar nas relações comerciais entre os países dos BRICs?

Presidente: Acredito que essa discussão deva ser encarada de forma séria, e com equilíbrio, levando-se em conta a importância do dólar e dos Estados Unidos no cenário internacional, mas também as oportunidades que se apresentem para facilitar e baratear o fluxo comercial entre os países. Brasil e Argentina, por exemplo, já utilizam suas moedas locais nas operações de importação e exportação. Isso não significa eliminar o dólar, que ainda pode ser utilizado pelos agentes econômicos que queiram continuar a utilizá-lo. Mas oferece uma possibilidade de baratear as operações de compra e venda entre empresas dos dois países, ao eliminar o custo da intermediação cambial pelo dólar. A experiência é recente, e já demonstra ser viável, mas isso não se faz da noite para o dia. Demanda uma longa negociação e muito empenho, já que se trata de um assunto de grande complexidade técnica.

Em encontro recente com o presidente chinês Hu Jintao, propus que nossas autoridades monetárias se reunissem para analisar a possibilidade de fazermos o mesmo e adotarmos as moedas locais nas trocas comerciais com a China, que em abril deste ano ocupou pela primeira vez a posição de maior parceiro comercial do Brasil. Como a experiência com a Argentina demonstra que esse esforço negociador é complexo e demanda tempo, acredito que devemos avançar nessa questão caso a caso, primeiro com a China, e no futuro com outros países que se interessem pela adoção do mecanismo.



Jornalista: O que os países dos BRICs podem propor no sentido de fortalecimento do regime da segurança internacional?

Presidente: As reuniões dos BRICs que antecederam e prepararam a Cúpula de Ecaterimburgo demonstram que a agenda de temas do grupo já foi muito além da dimensão econômica, privilegiada inicialmente nas análises sobre o surgimento do grupo. Os assuntos políticos têm ocupado parte importante dessa agenda, como evidenciam os comunicados já emitidos pelo grupo. Entre esses assuntos podem ser mencionados, além da reforma da ONU, a mudança do clima, o debate sobre energia e segurança alimentar, as Metas de Desenvolvimento do Milênio no combate à pobreza e o financiamento da cooperação internacional.

Tenho a convicção de que, já a partir de Ecaterimburgo, outros temas serão incorporados à agenda, e o Brasil estará pronto para oferecer sua contribuição, com base na sua tradição diplomática da busca de soluções negociadas e de fórmulas que reforcem o multilateralismo em questões como a relativa à segurança internacional.

Jornalista: Ultimamente na mídia internacional aparecem com frequência as opiniões que o grupo dos BRICs sai da atual crise econômica e financeira global enfraquecido. O Senhor concorda com este ponto de vista?

Presidente: Eu discordo totalmente. E vou além: o que tenho lido na mídia internacional tampouco reflete esse ponto de vista. Pelo contrário, o desempenho econômico dos BRICs tem sido seguido de perto por todos, os resultados que estamos obtendo em matéria de retomada do crescimento têm sido destacados e, além disso, percebo grande interesse em torno da Cúpula de Ecaterimburgo. Independentemente da conjuntura, a vitalidade das economias e a dimensão dos mercados internos dos países do grupo são



armas poderosas e indispensáveis em matéria de crescimento global. Poucos países podem oferecer essa contribuição para o crescimento sustentável que desejamos. Os dados mostram que essa força já está contribuindo para atenuar os efeitos da recessão global, e indicam que os BRICs continuarão na linha de frente na retomada do crescimento, assim como deram contribuição indispensável para o dinamismo da economia internacional ao longo dos últimos anos. Cabe lembrar que, desde 2003, as economias do Brasil, Rússia, Índia e China foram responsáveis por 65% do crescimento mundial. Em 2008, por exemplo, o intercâmbio comercial do Brasil com os três parceiros do grupo alcançou a cifra de US\$ 49 bilhões, o que representa um crescimento de 500% na comparação com 2003.

(\$31DHKM)